



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA - SÉCULOS XX-XXI

A Câmara Municipal de Mariana, Minas Gerais, como *locus* da transformação da econômica e urbana na Primeira República a partir das Atas (1889 - 1930)

The Municipality of Mariana, Minas Gerais, as a locus of economic and urban transformation in the First Republic from the Acts (1889 - 1930)

Flávia Caroline Fidellis da Cruz; Universidade Federal de Ouro Preto; fidellisflavia@gmail.com

Paulo Roberto Oliveira; Universidade Federal de Ouro Preto; paulo.oliveira1@ufop.edu.br

Carla Aparecida Nunes; Universidade Federal de Ouro Preto; carla.nunes@aluno.ufop.edu.br

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo apresentar o conjunto de Atas produzidas no recorte da Primeira República (1889 - 1930), para a investigação sobre as pautas e projetos que incidem na economia e urbanização da cidade de Mariana/MG. A série completa das Atas da Câmara Municipal que abrangem o contexto da Primeira República são potenciais fontes documentais para o entendimento das estratégias de dinamização econômica e de modernização urbana no interior mineiro. A autonomia concedida aos municípios pela Constituição de 1891, possibilitou novos arranjos políticos, os quais pautaram a captação de recursos para a instalação de equipamentos de infraestrutura pública na cidade. Ao acompanhar o cotidiano dos debates da Câmara, são notórias as ofertas e demandas pela prestação de serviços ao órgão público. Foram arrolados quatro eixos temáticos presentes na administração do espaço urbano marianense: terras, águas, iluminação e serviços - ainda que brevemente são analisados de maneira quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Mariana, Primeira República, Economia.

ABSTRACT: This article aims to present the set of Minutes produced during the First Republic (1889 - 1930), for the investigation of guidelines and projects that affect the economy and urbanization of the city of Mariana/MG. The complete series of Minutes of the City Council that cover the context of the First Republic are potential documentary sources for understanding the strategies of economic dynamization and urban modernization in the interior of Minas Gerais. The autonomy granted to the municipalities by the Constitution of 1891 enabled new political arrangements, which guided the raising of funds for the



installation of public infrastructure equipment in the city. By following the daily debates of the Chamber, the offers and demands for the provision of services to the public body are notorious. Four thematic axes present in the administration of the urban space in Mariana were listed: land, water, lighting and services - although they are briefly analyzed in a quantitative and qualitative way.

Keywords: Mariana, First Republic, Economy.

1. Introdução

O período que se estende de 1889 a 1930, especialmente a partir da Constituição Federal de 1891, constituiu um momento específico da formação econômica brasileira. O arranjo político-econômico concretizado em 1891 pautou o período e possibilitou a reprodução de uma economia exportadora liderada pelo capital cafeeiro paulista e pelo complexo econômico que construíram.¹ A economia exportadora atualizou a configuração de algumas capitais brasileiras em relação às europeias, sobretudo no que diz respeito às reformas urbanas, ao controle e segmentação do espaço público. Foi assim, por exemplo, com cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belém do Pará e Belo Horizonte.²

O processo de ocidentalização - ou modernização - não se restringiu às capitais e se expandiu pelo interior do Brasil. O ponto de partida desta abordagem serão os aspectos relacionados ao município de Mariana em Minas Gerais. Em vista das transformações experimentadas nesta importante cidade do interior mineiro, as fontes documentais que embasam este artigo são a série das Atas das Câmaras Municipais de Mariana no recorte da Primeira República (1889 a 1930). Para tal, foram elencados os eixos temáticos que expressaram a assimilação da modernização na transição do século XIX para o XX na cidade.

Este texto está dividido nas seguintes seções: parte 1 em que são apresentadas a gênese e as transformações da cidade de Mariana até o período republicano; parte 2 em que são apresentadas as Câmaras Municipais e a produção das Atas camarárias como

¹Sobre a construção do complexo cafeeiro paulista, ver CANO, 1977. Sobre a liderança paulista na Primeira República ver: LOVE, 1982.

²Sobre a segmentação do espaço em Belo Horizonte, ver: FERREIRA, Natânia Silva.



potenciais fontes documentais; parte 3 que aborda os eixos temáticos contidos nas Atas a partir do prisma das administrações locais e dos interesses socioeconômicos; parte 4 figura uma reflexão final sobre as nuances dos processos de modernização urbana e de desenvolvimento econômico empreendidos nos interior mineiro a partir da singularidade da cidade de Mariana e do estado de Minas Gerais.

2. A cidade de Mariana sua origem e transformações na Primeira República

Esta seção tem como finalidade apresentar o panorama da formação sócio-espacial do município de Mariana. Serão expostos de maneira sucinta a gênese e a transformação marianense até o contexto da Primeira República, de modo a proporcionar um melhor entendimento das circunstâncias trazidas à baila por meio das fontes históricas representadas pelas Atas das reuniões camarárias dos anos de 1889 a 1930.

A cidade de Mariana está localizada em Minas Gerais a aproximadamente 112 km da capital, Belo Horizonte, na região centro-sul do estado como pode ser visto no mapa abaixo:



Mapa 1. Localização do município de Mariana em Minas Gerais. Fonte: Wikipédia

Em 1711, a vila do Ribeirão do Carmo foi elevada a cidade e rebatizada como Mariana, por ordem do rei português D. João V, em homenagem à sua esposa, a rainha Maria Ana D'Áustria. Na segunda metade dos setecentos, mediante a imposição da



metrópole à colônia mineradora, foi traçado um plano que viabilizasse a elevação da vila à condição de cidade. (FONSECA, C. 1998, 28). Francisco Iglésias indicou que:

O auge da centralização verifica-se quando a Metrópole está sob a direção de Pombal, que se orienta sob o signo da unidade, submetendo a nobreza, os fatores dispersivos, para engrandecimento da Coroa. O ministro teve domínio sem contraste por mais de vinte e cinco anos (1750-77). Sua obra não é mero empirismo, pois obedeceu a toda uma filosofia, que se inscreve na linha do déspota de luzes, inspirada no pensamento do mercantilismo. (IGLÉSIAS, F. s/d, 267)

Neste momento o município ganhou seus contornos, com ruas, praças, principais edifícios públicos, formalizando os bairros existentes no contexto - alguns dos quais persistem até a atualidade. Assim foi delineado o conjunto arquitetônico e urbanístico setecentista que nos séculos seguintes passou a ser denominado como “Centro Patrimonializado”.

O traçado urbano setecentista e oitocentista obedeceu às ordenações da Coroa Portuguesa, sendo adaptados às condições locais, em que empregou-se os materiais, sistemas construtivos e a mão de obra disponível. Foi apenas ao longo da Primeira República que a cidade voltou a crescer e se expandir para trechos ociosos, demandando ações da Câmara Municipal para a regulamentação das terras públicas.

No início XX, ocorreram as primeiras mobilizações do poder público marianense para a expansão do eixo urbano da cidade por meio da ultrapassagem da barreira física e natural representada pelo Ribeirão do Carmo. Na aquarela do artista austriaco Thomas Ender produzida por volta de 1817, é possível observar o Ribeirão do Carmo dividindo a cidade em duas áreas distintas, a primeira ocupada com casarões coloniais e a segunda ainda vaga, a qual veio a ganhar seus primeiros investimentos e edificações no início do século XX. Nota-se o afastamento das casas em relação ao leito do rio, que inundava nos períodos chuvosos causando infortúnio aos moradores e a Câmara Municipal, destinando a região para a cultura de gêneros alimentícios de abastecimento interno.



Figura 1. Vista de Mariana, a primeira cidade da capitania das Minas Gerais. Aquarela de 1817 por Thomas Ender. Fonte: MultiRio

A Primeira República no Brasil coincide com os desdobramentos das novidades tecnológicas e urbanísticas implementadas pela *Belle Époque*, que incutiu novas tendências nas configurações econômicas e urbanas, as quais foram transportadas da Europa e adaptadas às realidades das cidades brasileiras (SEVCENKO, 2006). Com o aprofundamento da inserção do Brasil no mercado mundial a partir da rede de distribuição representada pelos caminhos que penetravam nos interiores mineiros e os ligavam ao litoral, foi possível adquirir novas tecnologias e construir uma nova ponte que ligaria o núcleo setecentista a nova área de expansão acima do Ribeirão do Carmo.

Conforme pode ser visto no fragmento da cartografia abaixo o rio corta a cidade em duas faces, deixando na margem direita o centro patrimonializado e na margem esquerda o novo centro comercial:



Mapa 2. Mapa de Antônio Pereira (MG). Folha Provisória. 1962. Fonte: Coleção Documentos Cartográficos - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.



Como reflexo dos elementos constitutivos dos espaços urbanos das principais capitais brasileiras, como a cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, iniciou-se em Mariana a incipiente tarefa de modernização de seu tecido urbano, ensejando ruas iluminadas, ajardinadas e higienizadas, seguindo os preceitos de teorias urbanísticas advindas da Europa, de modo a apropriar à sua maneira estes elementos.

Na fotografia abaixo, observa-se o contraste entre o novo conjunto arquitetônico eclético localizado na Avenida Salvador Furtado e as torres das igrejas setecentistas. A avenida recebeu investimentos para a melhoria urbana, em que figuram a iluminação elétrica e fomento da ocupação residencial e comercial com a intenção de dinamizar a vida social marianense. Por outro lado, é possível observar o cotidiano singelo dos moradores, ao notar uma das mulheres com um balde sobre a cabeça, reforçando que a tradição de buscar águas em chafarizes e fontes ainda prevalecia em meio a modernidade que se consolidava paulatinamente.



Figura 2. Vista do Ribeirão do Carmo e da Avenida Salvador Furtado. s/d. Fonte: Grupo do Facebook - Mariana do Fundo do Baú.

Ao final do período republicano as transformações na cidade já eram notórias, contudo a modernidade não rompeu com as tradições seculares do município. Para a cidade cravada no interior do Brasil a experimentação de novas relações com o tempo e o espaço abria oportunidades de expansão de suas economias possibilitando a tessitura de novas redes comerciais. Isto posto, a próxima seção tratará sobre o funcionamento da Câmara Municipal e seus principais aspectos no período Republicano, considerando a nova organização política estabelecida pela Constituição Federal de 1891.



3. A Câmara Municipal e suas transformações no contexto da Primeira República

A instituição da Câmara Municipal deriva de uma longa tradição jurídica medieval, transportada pela metrópole portuguesa à colônia ultramarina. As Câmaras obedeciam às disposições previstas nas Ordenações Reais que definiam os aspectos legais das atividades a serem exercidas pelos membros da casa de vereança, regendo questões primordiais da vida político-econômica e sociocultural dos municípios.

Esta instituição atravessou diversas mudanças estruturais, saindo de um período em que intermediava os interesses de Portugal e dos colonos e transcorrendo para contexto imperial, em que Dom Pedro I passou a intervir incisivamente no controle das Câmaras Municipais. A intenção imperial visava a redução da autonomia dos municípios, restringindo as atividades destes e, por conseguinte, evitando que se tornassem centros “capazes de estimular os interesses e aspirações dos segmentos sociais inferiores” (CHAVES, C. M. G. orgs. 2021, 17). Assim sendo:

Os Municípios, dessa forma, passaram a ser tutelados, perdendo a função judicante, que lhes dera prestígio e poder no período colonial. Pode-se dizer que o Império colocou as instituições municipais em estado de inércia, impedindo-lhes a dinâmica e a ação e reduzindo-as ao imobilismo e à apatia. (CHAVES, C. M. G. org. 2012, 18).

Com a modificação do contexto juris-político na Primeira República que se estende dos anos de 1889 a 1930, as instituições camarárias foram severamente acometidas, experimentando a redução das reuniões de vereadores e agentes executivos, especialmente, na primeira década do século XX. Apesar das intempéries no clima político, as Câmaras Municipais pleitearam diversas pautas significativas para o contexto.

A Constituição de 1891 concedeu aos estados ampla autonomia diante da divisão dos entes federados que foram segmentados em três instâncias: o federal, o estadual e o municipal. No entanto a Constituição, não tratou consistentemente das questões relativas à emancipação dos municípios, deixando vagamente o artigo 68 do Título III que atesta-se que: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DE 1891).



Ao avaliar as Mensagens do Presidente do Estado de Minas Gerais em 1893, é possível notar as preocupações com a regularização das responsabilidades que seriam dos estados e dos municípios. Era sugerido que os serviços concedidos pelos municípios seriam somente aqueles que diziam respeito à administração do espaço urbano, tais como os serviços de água e esgoto, iluminação, transportes urbanos e “outros semelhantes” (MPMG, 1893, 20). Interessante notar que a desordem entre as atribuições não se dava somente com relação a estes dois níveis. Neste mesmo ano, outra preocupação dos administradores mineiros dizia respeito à confusão entre atribuições dos governos estaduais e do governo federal, consequência, segundo os administradores mineiros, das dificuldades em instaurar um regime republicano após a longa vigência do império centralizador (MPMG, 1893, 4).

As conturbações com relação às competências da administração municipal eram transpostas nas cotidianas discussões dos funcionários da Câmara Municipal. Em vista disto as documentações produzidas nas instituições locais demonstram-se como uma rica fonte para compreender as conjunturas político-econômicas e os principais empreendimentos de infraestrutura pública que permearam os interesses municipais e que dependiam de investimentos da esfera estadual e federal.

As Atas das Câmaras Municipais são produto dos encontros entre membros do legislativo municipal, em que registram-se os principais assuntos abordados nas reuniões. São fontes oficiais que permitem verificar a atmosfera do passado por vias institucionais, de modo a acessar a configuração do legislativo e parte do cotidiano administrativo. Contudo, deve-se considerar que as circunstâncias registradas nestes documentos estão sujeitas às perspectivas dos que ali trabalhavam, sejam escreventes, vereadores ou agentes executivos.

No que tange em específico às fontes documentais, é preciso tratá-las como objetos não naturais (...) Um documento não é, portanto, neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática (entendida como ação, momento) histórica e pertenceu/e a um determinado grupo, o grupo que o forjou, que o legitimou. (ESQUISANI, R. 2007, 104).

A sequência dos eventos presentificados nas Atas é fruto de debates orais entre membros da Câmara e representantes de diferentes segmentos sociais, registrados pelos escrevões. As Atas não são documentos neutros, mas sim, dotados de enviesamento



político e ideológico muito bem acertados, portanto, na leitura das entrelinhas destes documentos deve-se considerar os contextos políticos mais amplos em que a instituição está inserida. Salienta-se que porção significativa da sociedade brasileira não possuía alfabetização, dependendo dos funcionários públicos letrados para registrarem suas solicitações junto a Câmara Municipal.

O poder legislativo municipal possuía amplas funções de administração do patrimônio público, se responsabilizando pela manutenção do espaço urbano e rural. Competia à Câmara Municipal a instalação de equipamentos de infraestrutura pública, tais como iluminação das vias públicas, oferta dos serviços de água e esgotamento, limpeza urbana, manutenção de estradas e pontes, inspeção das escolas primárias, hospitais, cemitérios, assistência aos pobres, segurança pública, regulação comercial, alinhamento e embelezamento dos espaços públicos, entre outras demandas. (CHAVES, C. M. G. orgs. 2021, 17)

Dado às diversas responsabilidades camarárias, este trabalho realizou uma esquematização do vasto *corpus* documental representado pelas Atas das Câmara Municipal de Mariana³. Elencou-se os principais assuntos discutidos pelos funcionários públicos que se apresentaram como profundamente relevantes para o entendimento das transformações da economia urbana no contexto.

4. Atas como potenciais fontes de pesquisa histórica da cidade de Mariana- MG no contexto da Primeira República

Como visto até agora, a Constituição de 1891 estabeleceu balizas dentro das quais se articularam política e economicamente estados e municípios durante os anos de Primeira República brasileira, de 1889 a 1930. Neste arranjo, as Câmaras Municipais atuaram como *locus* de modernização e de transformação na economia e no espaço urbano. Dado a complexidade da atuação das esferas de poder no cenário republicano, esta sessão conduzirá uma análise das pautas apresentadas ao legislativo do município de Mariana. Serão analisadas as propostas ofertadas à Câmara Municipal que visavam a

³A série completa das Atas das reuniões camarárias de Mariana dos anos 1889 a 1930, estão armazenadas no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), localizado no *campus* Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



expansão econômica e melhoramento urbano, assim como, as solicitações para que a gestão camarária realizasse a manutenção do espaço público.

Em virtude do volume de informações⁴, foram separados os principais temas que perpassam o controle e o investimento no espaço público urbano de maior interesse político. Estas informações foram arroladas em um banco de dados organizado pelo software Excel⁵.

No primeiro momento o eixo de *terras*, em que foram apurados os pedidos de aforamento de terras. O esforço inicial desse levantamento permitiu acessar os sentidos do crescimento urbano, os diversos interesses nas áreas de expansão urbana e a atuação do poder legislativo com relação ao parcelamento do patrimônio fundiário público.

Na sequência, o eixo serviço que permite averiguar os trâmites em torno da manutenção e modernização da cidade. Em que se encontram as licitações para atividades particulares de mineração, comércio, indústria, telefonia, bem como solicitações para serviços públicos de limpeza de vias, manutenção de estradas e pontes.

O terceiro eixo foi *água*, com os pedidos de pennis d'água, limpeza de córrego e esgotamento. Boa parte das solicitações eram apresentadas por populares, evidenciando o problema topográfico secular das inundações que, por vezes, arrasam com as intermediações da área urbana e impossibilitam o trânsito para as rurais.

O último eixo é a *iluminação*, que identifica as petições e propostas para a oferta do serviço e a manutenção dos meios existentes. Foram averiguadas propostas ambiciosas que pretendiam implementar novas tecnologias, como a gás ou elétrica, contudo, muitas dessas ofertas demonstraram-se onerosas. Em contrapartida, uma porção considerável das solicitações protocoladas eram de populares que reivindicavam a instalação de lampiões a querosene nas vias públicas para garantir a circulação e segurança noturna.

O montante das Atas analisadas integram aproximadamente 714 documentos, contabilizando o levantamento de 311 pedidos que foram elencados conforme os eixos

⁴Cabe destacar que em virtude da riqueza da fonte alguns pontos não foram analisados, tais como os pedidos de apoio às festividades, as questões da saúde pública, águas e os reflexos das intempéries climáticas. Todos esses pontos são considerados para compreensão do processo de modernização e melhoramento urbano, no entanto ainda demandam um trabalho à parte.

⁵Essa recolha e pré-esquematização foi iniciada no ano de 2019 até 2021 por meio do projeto de Iniciação Científica fomentado pelo Programa de Incentivo à Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto.



supracitados e se concentram predominantemente na área urbana de Mariana. Embora o município tenha uma extensão rural considerável e algumas solicitações sejam relativas a estas regiões, para este trabalho foram selecionados os assuntos que tange ao espaço urbano do município.

Ao apurar o perfil dos requerentes foram contabilizadas 302 solicitações feitas por civis que somam-se a outras 9 apresentadas por organizações, sendo que, em alguns destes casos, houve parceria entre o poder público e empresas privadas. Para a constituição do gráfico abaixo foram excluídos 13 pedidos que não se encaixaram nos eixos acima e são relativos a aspectos de saúde pública, festividades entre outros. A intenção deste trabalho é contribuir para a potencial investigação historiográfica por meio das Atas camarárias como fontes para averiguar as transformações político-econômicas, socioespaciais e culturais municipais. Desta forma, os pedidos não analisados neste artigo ainda podem ser desdobrados em prolíferas pesquisas.



O gráfico a seguir apresenta um levantamento dos dados dos eixos elencados.

NÚMERO DE PEDIDOS PARA CADA EIXO

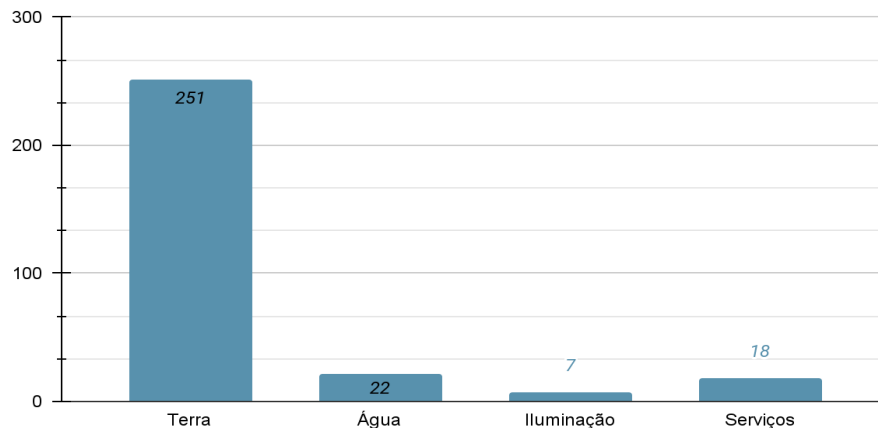


Gráfico 1. Número de pedidos de cada eixo.

Como é possível observar os eixos de *serviços*, de *água* e *iluminação* apresentam um volume ínfimo quando comparados ao eixo de *terras*. Essa diferença em termos de volume se dá pelas características dos pedidos e pela forma de tramitação. Por exemplo, as solicitações de terra em um contexto de expansão urbana são cotidianas. O mesmo não se dá com relação às propostas de iluminação ou de instalação de serviços de infraestrutura pública. Isso será tratado com mais vagar ao longo da análise.

Dentre os principais assuntos que figuravam o eixo de *serviços*, destacam-se os requerimentos de exploração das terras municipais para a extração dos recursos minerais de magnésio, óxidos, entre outros. Estas solicitações demandam da Câmara uma avaliação cuidadosa, ainda que representasse um notório retorno tributário aos cofres públicos. As atividades de mineração, por vezes, esbarravam em disputas pelo uso e ocupação do patrimônio público local. São diversos os conflitos entre moradores e cidadãos, no que diz respeito aos privilégios para a utilização de mananciais de água para mineração em detrimento do abastecimento para a população ou às sucessivas transferências de extensões de terras públicas para os mineradores.



Entre os serviços oferecidos para o município, eram notórios aqueles que propunham a dinamização da economia marianense. Na ocasião da transferência da capital estadual da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte por decreto da Constituinte Mineira de 1891, os funcionários públicos marianenses desejavam a instalação de novos investimentos em infraestrutura urbana com vistas à modernização de Mariana, para que não houvesse a decadência da cidade, em meio a turbulência dos acontecimentos políticos. Nesse cenário, vereadores e Agentes Executivos pretenderam aceitar a oferta apresentada pelo Engenheiro João Baptista Bambi em 15 de dezembro de 1892. O empresário pleiteava a:

concessão de privilegio por 25 anos de linha de bondes a vapor desta cidade a capital com garantia de juros de 4% sobre a quantia de 70.000.000 reis. (Código CMM*329 - AHCMM).

Apesar do temor da transferência de capital e do teor das disputas políticas tanto pela permanência quanto pela efetivação da mudança, as alas políticas marianenses se entusiasmaram com a possibilidade de estarem ligadas à prestigiada Ouro Preto através de meios de transportes mais eficientes. A distância que separa os municípios vizinhos era de aproximadamente 15 km, portanto, a introdução da tecnologia do bonde a vapor significava a efetivação do “progresso” no interior mineiro, facilitando a circulação rápida de produtos, bens e serviços para a vida moderna.

O bonde a vapor já era sucesso na capital, Rio de Janeiro, em Salvador, Maceió e Belém. Por isso, as alas políticas marianenses se esforçam para abrigar o projeto oferecido à Câmara Municipal, na tentativa de assimilar o interior mineiro às principais novidades de tecnologia urbana experimentadas em outras cidades do Brasil e da Europa.

Contudo, no ano seguinte, em 1893, a proposta do engenheiro foi anulada dada a concretização da transferência de capital estadual e as crises financeiras assolavam a Câmara de Mariana. Conforme o pronunciamento do vereador Tito de Souza Novaes e presidente da Comissão de Obras Públicas sobre a previsão do orçamento municipal:

o parecer da comissão da qual é relator sobre o projecto de orçamento municipal mostrou as crises financeiras que atravessa o município (Código CMM*329 - AHCMM).



Em virtude do afastamento da capital estadual, foram significativas as vacâncias no legislativo local, por conta do êxodo dos funcionários públicos para Belo Horizonte. Apesar da impossibilidade da celebração de projetos dispendiosos, foram possíveis a realização de alguns melhoramento urbanos e do fomento do setor comercial local:

A 31 de Janeiro do anno próximo passado, tendo renunciado ao cargo alguns Vereadores, ficando assim a Câmara sem numero sufficiente para funcionar em sessão(...) Durante o exercício de 1893 fez-se muitos melhoramentos, obras e concertos, não só na Cidade como em alguns Distritos como vereis do relatório apresentado pelo Fiscal Geral. (Código CMM*329 - AHCMM).

Conforme consta no fragmento da reunião da Assembléia Geral da Câmara lido pelo Agente Executivo no dia 30 de janeiro de 1894, foram realizadas diversas ações em prol da cidade, entre as quais figuram a provisão de médicos, regulação dos preços de produtos alimentícios e iluminação pública por lampiões a querosene. No ano seguinte em 1895, no dia 19 de junho é ofertada a proposta de eletrificação da iluminação pública no município:

Pelo mesmo Sr. Thomaz Banden é aprovado parecer sobre o requerimento do cidadão Tito de Souza Novaes pedindo privilegio para estabelecer illuminação à luz electrica nesta Cidade e seo Municipio por espaço de 25 annos. (Código CMM*329 - AHCMM).

A concessão apresentada acima, pelo ex-vereador Tito de Souza Novaes reafirma o desejo das alas políticas com relação aos novos empreendimentos com vistas a modernização urbana. Não é incomum esse tipo de mobilização em que agentes legislativos após seu mandato conseguem concessão para a oferta de serviços públicos.⁶ Apesar da proposta inovadora para a cidade que, até então, tinha suas ruas iluminadas por lampiões, a concretização da eletrificação para as vias públicas só veio a se efetivar no início do século XX.

Ao averiguar as Atas, é possível observar a cobrança popular pela manutenção dos lampiões que garantiam a circulação e a segurança noturna. No caso a seguir, o clérigo e vereador Cônego Tobias representa o interesse social:

o Sr. Cônego Tobias, pedindo a palavra, apresentou o seguinte projecto: Em vista de reclamações dos habitantes de diversas ruas desta Cidade, proponho que a Agência Executiva fique autorizada a elevar à oitenta o número de

⁶Este embaralhamento entre as funções públicas e privadas não era restrito à cidade de Mariana no período tratado. Em Uberaba, também em Minas Gerais, ex-vereadores se reuniram para o oferecimento de serviços públicos à municipalidade. Ver: OLIVEIRA, 2019.



lâmpioes, colocando-os nos lugares mais necessários que d'elles carecerem, correndo a despesa pela respectiva verba. (Código CMM*329 - AHCMM).

Esse funcionário público, por sua vez, atuou como vice-presidente da Câmara de Mariana e mediador para a instalação de serviços básicos. Com relação a sua atuação no legislativo perpassa a representação de interesses populares, entres os quais figuram solicitações para a canalização do Rio do Carmo que, em estações chuvosas inundava, causando prejuízos para os moradores da cidade de Mariana e dos distritos.

O eixo de *águas* é marcado pela discussão da contenção do afluyente e da disponibilização dos recursos hídricos para uso dos moradores. No perímetro urbano, o principal interesse era a canalização do trecho do ribeirão para o avanço do espaço construído. Este fator contribuiu para o elevado número de pedidos de *terras* conforme consta nos eixos representados de forma gráfica.

Abaixo, fotografia que permite visualizar o trecho próximo às margens do ribeirão desocupado. A área registrada, atualmente corresponde a localização do Terminal Turístico Manuel da Costa Ataíde em Mariana, Minas Gerais.



Figura 3. Vista do Ribeirão do Carmo a partir da Avenida Getúlio Vargas com a eletrificação do perímetro urbano da cidade de Mariana. s/d. Fonte: Grupo do Facebook - Mariana do Fundo do Baú.

A discrepância dos pedidos *terras* indica o fomento do setor econômico e comercial e da construção civil em compasso com a expansão urbana. As solicitações deste eixo são relativas aos aforamentos de terras públicas para uso particular de cidadãos ou empresas, mediante ao pagamento de taxas ao poder municipal. Esta prática era um dispositivo legal utilizado desde o período colonial para o parcelamento do patrimônio fundiário. No século XX com a promulgação do Código Civil de 1916, a



legitimidade jurídica da prática de aforamento foi renovada, reafirmando a autonomia das Câmaras Municipais na administração de seus patrimônios.

Como mencionado anteriormente, foram colhidos 251 solicitações de aforamento de terras que abrangem as áreas urbanas e rurais do município. A partir das amostras colhidas, pode ser elaborado um material cartográfico⁷ com as manchas das áreas de interesse presentes nos pedidos de aforamentos que contemplam o perímetro urbano.

Foram destacados as seguintes regiões do perímetro urbano da cidade: centro comercial aberto pelas alas republicanas no recorte temporal, centro setecentista, Barro Preto, Monsus, Rosário, Santa Aura, Santana, São Gonçalo, São Pedro.

A metodologia aplicada para a elaboração do material selecionou 68 pedidos que informavam: o perfil socioeconômico, gênero, região do município e dimensão da área de interesse. A partir desses dados foi possível calcular o tamanho médio das áreas que eram solicitadas ao poder público e realizar uma porcentagem referente ao uso e ocupação do solo na Primeira República em Mariana. Em relação à posição social foram divididos em dois segmentos: civis e agentes públicos. Não foram analisados os pedidos de aforamento de terras de industriais e de mineradores, dado seu vultoso perfil financeiro.

Para a representação cartográfica foram excluídos todos os pedidos que:

- não indicaram a dimensão da área requerida;
- não informaram se a solicitação junto a Câmara Municipal foi ou não aceita;
- localizados na região rural.

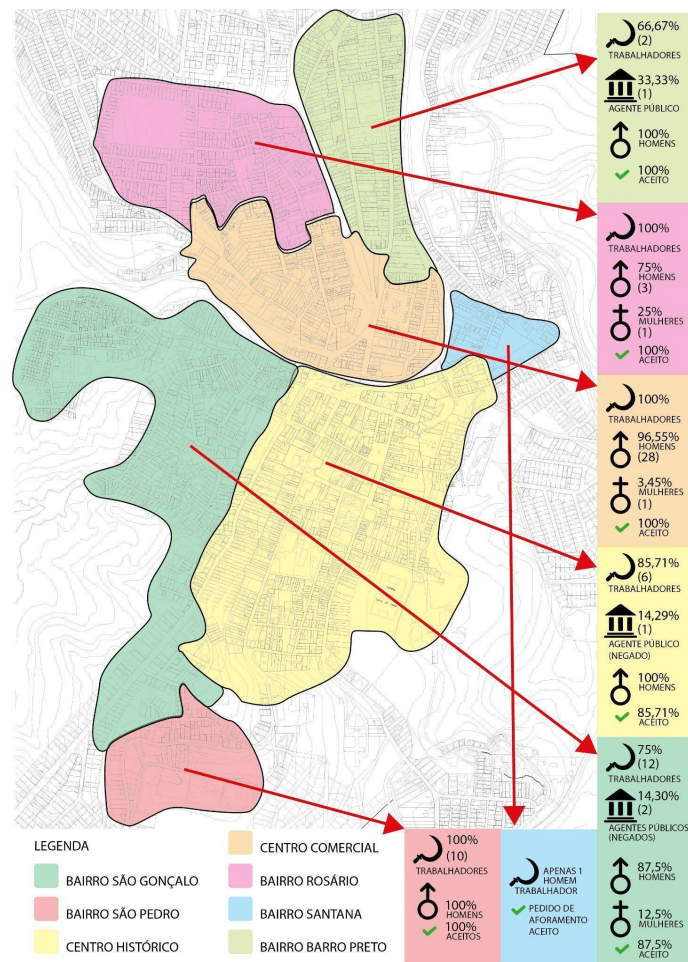
A cartografia permite aprofundar a análise dos dados extraídos nas Atas, apresentando mais detidamente o sentido da ocupação territorial e o perfil socioeconômico marianense entre os anos de 1889 à 1930. O material cartográfico foi produzido a partir do “Mapa de zoneamento da zona de interesse de adequação ambiental do distrito sede”, produzido pela Prefeitura de Mariana⁸. Para a transposição

⁷Este material foi elaborado voluntariamente por Luiz Phillipp Resende de Freitas Miacci, estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

⁸Disponível no portal da Prefeitura de Mariana, acessar: http://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/arquivos/anexo-vi-novo-zoneamento-distrito-sede.pdf. Visto em: 14 de janeiro de 2022 às 14:15.



do atual mapa do município para as informações contidas nas Atas da Câmara Municipal dos anos de 1899 a 1930 foram usados os seguintes *softwares*: Adobe Illustrator, AutoCAD e Blender 3.0.



Mapa 3. Mapa cartográfico com manchas dos bairros das áreas de interesse dos aforamentos nas Atas da Câmara Municipal de Mariana na Primeira República (1889-1930). Confeccionado por Luiz Phillipp Resende de Freitas Miacci.

Como pode ser visto, os bairros tradicionais São Gonçalo e São Pedro possuem o maior número de requerimento de aforamento junto a Câmara Municipal, o que se deve ao volume de moradores com o perfil de homens assalariados. Estas áreas são próximas do núcleo urbano mais consolidado, portanto de fácil acesso para a aquisição de novos bens de consumo dos moradores.

O centro comercial, no entorno do ramal ferroviário, era de interesse da população e como pode ser observado, todos os pedidos para essa área foram aceitos



pela Câmara Municipal que estava interessada em fomentar a dinamização econômica da região. Para tal, foram estabelecidas novas regras para o uso e ocupação do solo, em que consta nas Atas a regulamentação de que todos os pedidos de aforamentos de terras constem nas dimensões da testada e da profundidade do lote, ainda, ficou firmado que os pedidos que não informassem as dimensões da área requerida não seriam atendidos pela Comissão de Obras Públicas - responsável pela análise das solicitações. No período, a normatização disponibilizou terrenos com área de 10 x 50 metros aos civis interessados.

No dia 6 de junho de 1914, firmou-se que:

Art. 1º: fica o agente executivo auctorisado a demarcar o terreno do patrimônio municipal, situado a margem direita da E. de F.C do Brazil, próximos a estação desta cidade, e dividil-os em lotes de dez metros de gente sobre cinquenta metros de fundo, na direção do Ribeirão do Carmo.

Art 2º, estes lotes serão concedidos de acordo com o afastamento geral de terreno do patrimônio, pagando mais o concecionario a taxa adicional de cento e cinquenta mil reis (1500000) por lote ao receber o respectivo alvará. Concedido o lote pela Camara o concessionário tem o praso improrrogável de cinco dias para legalizar a sua concessão na Thesouraria Municipal, sob pena de caducidade.

Art 3º o peticionário que edificar na nova Avenida empregará tijolos na sua construção submetendo antes á Agencia Executiva a planta de edificio e ficando isento dos impostos digo do pagamento do imposto seis (6) anos a contar da inicio da obra. (Códice CMM*329 - AHCMM).

Os segmentos de civis mais abastados, funcionários públicos, comerciantes e empresários buscavam se apropriar das áreas que estavam recebendo investimentos para a melhoria da infraestrutura pública. Estas condições revelam a tônica da diversificação econômica por meio da instalação de novos empreendimentos, as quais atraíam um novo fluxo de consumidores para a região central da cidade.

Como pode ser visto na Ata da sessão do dia 16 de outubro de 1889, os investimentos públicos na área urbana atravessam os debates municipais já nos finalmentes do século XIX. Desde antes da instauração da República, em 15 de novembro de 1889, gestores marianenses almejavam novas edificações que refletissem às instâncias estético-estilísticas evocadas no período que coincide com a *Belle Époque* brasileira.



Nas palavras do vereador e advogado local Joaquim da Silva Braga Breyner, seriam estas de “tipo moderno”, como pode-se observar no fragmento abaixo:

(..) representante da empresa de acordo com as fazes apresentadas para construção de propriedades, canalização das águas e esgotos e formação de praças e suas e canalização do rio e outros melhoramentos que a empresa fizer, convencionando a Camara um aforamento razoável por metros corrente. Ludico que figura desde já suspenso quaisquer concepções de aforamentos, visto que, sendo o fim da empresa organizar construções uniformes, tipo moderno as construções particulares, sendo feitas por pessoas que não disponhão de recursos não poderão acompanhar o plano da empresa, e desta maneira não haverá uniformidade no embelezamento. Indico que a Camara auxilie o quanto possa a referida empresa para os engrandecimento desta Cidade (Código CMM*329 - AHCMM).

O fragmento elucida interesses econômicos relacionados às solicitações presentes nos eixos de *terras*, *águas* e *serviços*, uma vez que as aspirações do vereador estavam voltadas tornar a imagem urbana mais moderna e sofisticada, de acordo com o espírito do novo tempo. Para a concretização da atualização urbana era necessário o trabalho em várias frentes.

A proposta de construção de novas tipologias estilísticas refletiam as inspirações presentes na recém-inaugurada capital estadual, Belo Horizonte, uma cidade planejada segundo os preceitos urbanísticos em voga no final do século XIX. Por sua vez, o saneamento urbano perfaz a imagem da cidade higienizada e distante de problemas de saúde pública decorrentes das péssimas condições sanitárias do espaço urbano. A exposição do vereador também contempla o embelezamento urbano com a construção de praças e de “outros melhoramentos que a empresa fizer”, os quais representam projetos que mudam os hábitos sociais cotidianos (FERREIRA. N. 2022, 89 - 92).

A fotografia ilustra parte dos esforços empreendidos pelas alas políticas e econômicas para a dinamização urbana local. Nota-se à esquerda um edifício comercial com dois pavimentos e platibanda em estilo art déco, estilo marcante das primeiras décadas do século XX. À direita, em destaque, uma residência, em linguagem eclética com afastamento na implantação do lote, elemento que a diferenciava das tradicionais casas coloniais. No centro do leito carroçável, nota-se a presença de área ajardinada e iluminação pública:



Figura 4. Vista do novo conjunto arquitetônico e urbanístico do início do século XX na Avenida Salvador Furtado. Fonte: Grupo do Facebook - Mariana do Fundo do Baú.

É possível notar o contraste entre o *lócus* colonial e as construções em novas linguagem estética-estilísticas acima do Ribeirão do Carmo, as quais eram incentivadas pelo poder público que facilitava as formas de aquisição e pagamento das taxas dos interessados. De acordo com as deliberações presentes nas Ata da sessão do dia 06 de junho de 1914:

Art 3º o peticionário que edificar na nova Avenida empregará tijolos na sua construção submetendo antes à Agencia Executiva a planta de edificio e ficando isento dos impostos digo do pagamento do imposto seis (6) anos a contar da inicio da obra (Códice CMM*329 - AHCMM).

A jovem República trouxe consigo transformações para estilos de vida na Mariana do início do século XX, possibilitando que as elites locais se arranjassem ao novo universo simbólico, ressignificando à sua maneira os códigos já praticados pelas elites da capital federal e da capital estadual, condição que excluiu a participação efetiva dos estratos mais baixos da sociedade.

Ao averiguar as condicionantes para a adesão dos ideais de modernização propostos pelo vereador, detecta-se o tom de segregação socioespacial em sua colocação que contrapõe a ocupação da nova região por cidadãos que não tinham plenas condições



financeiras para acompanhar as obras. Fator que segundo ele desvirtuaria os princípios de uniformização e embelezamento arquitetônico urbano⁹.

As alas dos republicanos marianenses tratavam de promover o engrandecimento local por meio da concretização das aspirações que se faziam presente desde os tempos imperiais, em que se pese o desejo de extensão do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil que havia parado seus trilhos na vizinha e então capital provincial Ouro Preto em 1888.

A celebração da inauguração do ramal férreo em Mariana foi concretizada em 18 de outubro de 1914, depois de uma série de arranjos entre as alas políticas municipais e estaduais. Fatores externos contribuíram para o retardamento da implantação da linha férrea em Mariana, como o caso da eclosão da Primeira Guerra Mundial¹⁰, que impactou duramente o setor de importação. Conforme indicado por Felipe Baptista:

As dificuldades de importação de material rodante e as complicações com o pagamento de juros relativos a empréstimos obtidos no exterior, devido ao agravamento cambial, repercutiram fortemente na saúde das companhias. E a intervenção do Governo Federal se mostrava cada vez mais necessária, seja na administração das companhias, em grande parte encampadas, seja na construção dos trilhos. (BAPTISTA, F. 2010, 4).

A estrada de ferro povoou o imaginário dos marianenses, endossando a aventura da modernidade que se tornava cada vez mais presente no cotidiano dos mineiros.¹¹ A intenção era alinhar Mariana às rotas econômicas que se ampliaram com a transferência da capital para Belo Horizonte. Esse empreendimento almejava transformar os novos padrões de consumo no município, permitindo a circulação ágil de insumos e pessoas.

Mesmo em meio ao conflito de interesses políticos e econômicos eram coletivas as preocupações dos gestores públicos diante da urgência deste equipamento de infraestrutura pública. Os debates sobre o orçamento destinado a este empreendimento eram alavancados desde os fins do séculos XIX até o ano de 1914, ocasião em que, enfim, foi materializado o principal desejo das elites políticas. As aspirações na região central de Minas Gerais assimilaram-se aos desejos de outros municípios mineiros que

⁹Os efeitos da segregação sócio-espacial em Mariana, se aprofundaram nas décadas seguintes com a mudança de regime político no Estado Novo. Pois, com o interesse de dinamizar a economia mineira, o município recebeu estímulos para a instalação de mineradoras que atraíram novos contingentes populacionais que foram alocados nas áreas mais distantes dos centros urbanos, em especial, em regiões que foram ocupadas mais intensamente no período republicano.

¹⁰ Sobre os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial para a economia brasileira ver FRITSCH, 1990.

¹¹ Sobre o fascínio ferroviário na Primeira República ver: HARDMAN, 1988.



idealizavam as linhas férreas como o estímulo necessário para os influxos do progresso. O fragmento abaixo captura o âmago das elites marianenses meses antes da inauguração do ramal da Estrada de Ferro em Mariana :

Copia do relatório do Exmo Dr. Presidente da Camara apresentado a Assembleia Municipal no dia 31 de Janeiro de 1896. (...) Já se achão adiantados os trabalhos de construção do Ramal Ferreo inaugurado pelo Exmo. Sr. D.r Antonio Olyntho dos Santos Pires que para este fim veio a esta cidade como vereis da acta do dia 14 de Junho do anno p. passado, que registra este faustoso acontecimento precursor do progresso de nosso municipio. (Códice CMM*329 - AHCMM).

Dias antes da inauguração das linhas férreas, conforme consta nos assuntos registrados na Ata do dia 06 de junho de 1914, os funcionários da Câmara debatem sobre a iluminação pública no perímetro de instalação da linha férrea. No fragmento da sessão está lavrado que:

Pediu a palavra por parte da Comissão de Obras Publicas o sr. Leandro Mol e submeteu a consideração da Camara: (...) Art 5º o agente executivo é auctorizado a adquirir as lâmpadas electricas que forem necessárias para iluminação a nova avenida, promovendo os melhoramentos e outras que necessita. (Códice CMM*329 - AHCMM).

Em 1918 foi celebrado pela Câmara Municipal o convênio de iluminação elétrica do perímetro urbano da Estação Ferroviária Central do Brasil junto à companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltda.* A concessão envolveu profundos vínculos interpessoais, permitindo favorecimento da atuação da empresa por parte de vereadores que trabalhavam paralelamente à ela. Mesmo havendo outras propostas de iluminação elétrica, todas foram negadas em detrimento da companhia inglesa que finalmente arrematou o contrato junto ao poder público. Cabe ressaltar que as demais áreas urbanas do município foram gradualmente eletrificadas nos últimos anos do período republicano.

A companhia inglesa permaneceu no município de Mariana de 1863 a 1927, neste último ano a mina inglesa foi vendida ao grupo Ferreira Guimarães, de banqueiros e industriais de Minas. Em 1925, pouco antes da saída da companhia, o serviço de iluminação pública tornou-se concessão da Companhia de Força e Luz de Marianense que venceu o contrato de 25 anos de prestação de serviços junto à Câmara Municipal de Mariana.



A eletrificação do perímetro urbano pela *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltda*, evidencia a esfera das relações patrimonialistas estabelecidas no interior da Câmara Municipal. A modernização trouxe novidades para o município, contudo, também reafirmou as relações políticas e sociais calcadas na rede de influência de políticos de famílias privilegiadas e de industriais que injetaram capital em determinados segmentos da economia local.

É certo que a população em geral pode se valer da nova tecnologia como um facilitador da vida diária. No entanto, eram alheias aos termos selados silenciosamente nas entrelinhas deste advento. A mina ao instalar a iluminação elétrica na cidade contou com o benefício de:

Isenção de qualquer impostos ou taxas sobre extração, venda e transporte do arsênio de produção da mesma, parte da municipalidade que não poderá criar ou lançar contribuição de espécie alguma sobre esta indústria, que a contratante tenha instalado ou venha instalar não só nas minas de Passagem, como em suas outras propriedades situadas no município. (SOUZA, R. 2009, 375).

Ao compreender as transformações empreendidas em Mariana a partir de eixos temáticos, é possível identificar os principais interesses que permeiam as pautas políticas e econômicas locais. Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas, a administração municipal foi obstinada em transformar as feições da cidade, através de ações que insidiam, especialmente, no fomento do setor comercial, da construção civil e da instalação de equipamentos de infraestrutura pública na nova região de interesse público.

Os investimentos no perímetro aberto nas conjunturas da Primeira República fomentaram o interesse da Câmara Municipal em modernizar sua legislação urbana, de modo a ordenar o espaço público, regulamentado o parcelamento, o uso e ocupação do solo no entorno do principal elemento da modernidade: a Estrada de Ferro Central do Brasil. Os vereadores se preocupam com o alinhamento das vias, com a iluminação e o ajardinamento da região, justamente porque a modernidade se apresentava em os seus efeitos materiais e simbólicos na *urbes* que até poucos anos atrás era permeada por ruas pacatas e por casarios singelos.

Mesmo com diversos esforços para implementação de equipamentos de infraestrutura pública moderna, a força da tradição da cultura local não foi enfraquecida.



As alas políticas de republicanos interagiram com as ambições das alas políticas ligadas a Igreja Católica local e juntos pleitearam interesse pela assimilação dos códigos da modernidade em Mariana.

As intenções dos republicanos se concentraram em estimular a dinamização e diversificação dos negócios e da economia local. Contudo, as parcelas menos favorecidas foram empurradas para as áreas ao redor da principal região de interesse econômico do município, fator que nas décadas seguintes fortaleceu a segregação socioespacial.

As atividades dos vereadores e agentes executivos de Mariana estavam em sintonia com as ações das alas políticas de republicanos de outras cidades, ao determinarem regras para a ocupação da nova área de interesse que afastaram a oportunidade da população trabalhadora de se assentar no território urbano. Para além das condicionantes materiais da vida cotidiana, a instalação de elementos modernos no município se arranhou como possível com os elementos tradicionais preexistentes na cidade. Os apitos do trem sincronizam-se com os badalos dos sinos, os modos de vida foram se adequando aos novos estímulos visuais, sonoros e estéticos-espaciais. A cidade cravada nos montes mineiros despontava interesses em se transformar atualizando a sua imagem em sintonia com as referências presentes na recém-inaugurada capital estadual.

Consideração finais

Em vista das considerações apresentadas foi possível acompanhar no trajeto das Atas a assimilação da modernidade compactuada no interior mineiro. Os agentes políticos de Mariana, ainda que amiúde, se esforçaram para contemplar aspectos basilares da vida moderna, dentre os muitos esforços o maior catalisador foi a construção do ramal e a iluminação elétrica.

Os negócios representados pelos investimentos no patrimônio fundiário, no fomento ao comércio e nas concessões para a prestação de serviços, foram os primeiros passos da *urbes* republicana em direção aos influxos do progresso. Com o findar da República, os desejos por uma cidade moderna prevaleceram nas gestões seguintes que



tratam de criar novas estratégias de articulação entre a área de expansão acima do Ribeirão do Carmo e o centro setecentista.

Os desafios enfrentados pelas gestões municipais posteriores não se restringiram à modernização urbanística, mas se aprofundaram com os dilemas depositados pela patrimonialização do conjunto arquitetônico e urbanístico colonial. O eixo de expansão aberto no período republicano tratou de atender os desejos pela dinamização da vida social dos marianenses nos anos seguintes ao fim do regime e, até a atualidade, se pronunciou como importante centro comercial marianense.

Ainda é possível visualizar na paisagem urbana os resquícios dos esforços republicanos, apesar das descaracterizações estilísticas empreendidas nas décadas seguintes. As memórias arquivísticas, a exemplo das Atas das reuniões da Câmara Municipal, se apresentam como potenciais fontes documentais para o entendimento das configurações do legislativo e dos interesses pela transformação econômica e urbana local.

Este trabalho foi um esforço inicial para evocar as possibilidades de entendimento da dinâmica sociopolítica através de uma fonte jurisdicional. Há diversas temáticas e objetos de estudo que permeiam as fontes e inquietam o historiador e pesquisadores interessados. Diante dos múltiplos arranjos dentro das fontes, essa pesquisa optou pela organização de eixos que permite entender as interações dos debates e a individualidade de cada projeto que incide sobre a cidade. Ainda que sem esgotar nenhuma das discussões, a pesquisa apresenta um panorama sobre como o processo vivenciado na Primeira República na cidade de Mariana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. Fundo do Agente Executivo (1889-1930). Atas de Reunião. Códice: CMM* 64, 134, 329.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. ANTUNES, Álvaro Araújo (Org.); FONSECA, C. D. (Org.) . Espacializando a história: experiências e perspectivas sob o prisma do urbano. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. v. 01. 466p .

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DE 1891.

BIBLIOTECA NACIONAL. Mensagens do Governador de Minas Gerais para Assembleia (MG) - 1892 a 1930.



CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: DIFEL, 1977.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. PIRES, Maria do Carmo. MAGALHÃES, Sônia Maria. (Orgs.). Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

COSTA, Manuela Areias. A primeira República na cidade dos bispos - Mariana 1889-1930. Dossiê História e Cidade, v.9, n.13, 2012.

CRUZ, Flávia Caroline Fidellis da Cruz. NUNES, Carla Aparecida. A cidade republicana nas atas da Câmara Municipal de Mariana de 1889 a 1930. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v. 1, p. 65-94, 2022.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. Educação Unisinos 11(2):103-110, maio/agosto 2007.

FERREIRA, Natânia Silva. O consumo na capital criada nos anseios da modernidade da Primeira República: Belo Horizonte (1894-1930). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2022.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900 – 1930. ABREU, M. de P. (org.) A Ordem e o Progresso: Cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural. Dissertação de Mestrado em Geografia - Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. sem data.

LOVE, Joseph Love. A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889 – 1937. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NUNES. Carla Aparecida. CRUZ, Flávia Caroline Fidelis da Cruz. Os elementos de modernização e urbanização de Mariana na primeira república (1889-1930): uma análise por meio das Atas da Câmara Municipal de Mariana - Minas Gerais. In: 7º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2021, Belo Horizonte. Anais do 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação.

OLIVEIRA, Paulo Roberto. Rosa e Gabriel entre o litoral e o interior do Brasil na Primeira República. Nova Economia (UFMG), v. 29, p. 651-675, 2019.

OLIVEIRA, Paulo Roberto. GOMES, Ana Luiza; DELFINO, Alan Henrique. A economia da cidade de Mariana - MG na primeira República: uma pesquisa por meio das Atas da Câmara Municipal. Espacializando a história: experiências e perspectivas sob o prisma do urbano. 1 ed.: 2021. p. 433-447.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

SOUZA, Rafael Freitas. Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana. Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.